



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ciências Sociais

Brasil

Connell, Raewyn

A iminente revolução na teoria social

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, núm. 80, outubro, 2012, pp. 9-20

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10724731001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A IMINENTE REVOLUÇÃO NA TEORIA SOCIAL*

Raewyn Connell

Tradução de João Maia

A inclusão do que é diferente, da diferença, no corpo das teorias atuais encontra resistência vigorosa... pois há uma enraizada relutância em encarar o problema crítico, que é a reestruturação do próprio aparato conceitual (universal).

ANOUAR ABDEL-MALEK, *The future of social theory*, 1971.

O que é teoria?

Eu proponho uma definição algo ortodoxa. Teoria é o trabalho que o centro¹ faz.

É claro que a palavra também implica a formação de conceitos, a construção de argumentos causais e a definição e o desenvolvimento de métodos. Meu ponto é que essas atividades são formas de trabalho intelectual, que ocorrem dentro de um

processo de trabalho mais amplo no qual o conhecimento é produzido e circulado.

Na produção contemporânea de conhecimento, tal como vista em universidades, o processo de trabalho intelectual como um todo envolve a coleta de dados, o processamento teórico desses dados e a disseminação e aplicação dos resultados. Isso tudo pode ser feito por apenas uma pessoa, e uma forma “artesanal” de organizar o processo de trabalho realmente existe nas disciplinas universitárias (Tancred-Sheriff, 1985). Mas, na maioria dos campos de saber, há uma força de trabalho maior e mais complexa, e uma detalhada divisão social de trabalho relacionada à produção de conhecimento. Há tarefas organizativas e gerenciais nessa divisão do trabalho, as quais são realizadas (no nível estratégico) pela teoria.

Conforme apontado por Paulin Hountondji (1997), esta divisão social do trabalho sempre teve uma dimensão geopolítica. Tanto nas ciências

* Conferência realizada no 35º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais, em 26 de outubro de 2011.

naturais como nas sociais, o mundo colonizado e a periferia global pós-colonial têm sido a zona na qual se coletam os dados em grande escala, e, posteriormente, aplica-se o conhecimento organizado. A metrópole,² o centro imperial, tem sido o lugar preeminente para a teoria. Metodologia, formação conceitual, processamento de dados e debate intelectual aconteceram principalmente nas universidades, nos museus, nos jardins botânicos e nos institutos de pesquisa dessa região do mundo. Assim, uma divisão imperial do trabalho estrutura o processo social que fundamenta os textos que usualmente nomeamos como “teoria”. As formas de trabalho que constituem e direcionam o processo de produção de conhecimento estão concentradas principalmente nas instituições de elite do Norte global.

Na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, Habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossas sociedades. Eles não sabem nada sobre nossas sociedades. Nós os citamos repetidas vezes porque suas ideias e abordagens tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole – e porque nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole.

Se teoria é o trabalho que o centro faz, então a mudança revolucionária é possível. Caso esse trabalho seja feito em outros lugares, o centro será fatalmente (re)localizado. Os possíveis significados desse processo para as ciências sociais serão o tema deste artigo.

A estrutura geopolítica do pensamento sociológico

A construção de conceitos nas ciências sociais sempre envolve uma reificação da experiência social. Dizer isso não é uma crítica em si; algum tipo de reificação é necessário para se ir além da situação imediata e concreta, para podermos falar sobre outras situações. Mas colocar isso dessa maneira imediatamente provoca a seguinte questão: que experiência social está sendo reificada, e mais especificamente, experiência social *de quem?*

Os textos de teoria social envolvem principalmente uma reificação da experiência social do Norte.³ Às vezes, isso é bem direto, como quando somos informados de que vivemos numa sociedade de redes, ou numa sociedade de risco, ou na pós-modernidade – todas caracterizadas por experiências sociais que a maioria da população do mundo não vive. Nas formas mais sofisticadas e poderosas de teoria, contudo, a reificação da experiência social da metrópole ocorre num nível mais abstrato.

Eu explorei esse ponto em uma análise de três grandes textos de teoria social geral, escritos por Coleman, Bourdieu e Giddens (Connell, 2006). A despeito das grandes diferenças em estilo e substância entre os autores, seus trabalhos compartilham as mesmas características lógicas que refletem o posicionamento típico enraizado na metrópole. Talvez o mais importante seja que eles constroem conceitos e métodos para analisar uma sociedade *desprovida de determinações externas*. Isso implica dizer que suas metodologias teóricas excluem o colonialismo. Eles não escrevem a partir da experiência social de quem foi colonizado, ou se envolveu na colonização, ou ainda está imerso numa situação neocolonial. E, na verdade, suas imaginações teóricas não incorporam o colonialismo como um processo social significativo.

Esse metrocentrismo⁴ da imaginação sociológica é mais evidente nas teorias da “globalização”. De todos os tópicos sociológicos, é nesse que as relações entre metrópole e periferia são mais nítidas. Ainda assim, a abundante literatura sociológica feita no Norte frequentemente projeta características da modernidade ou pós-modernidade da metrópole para outros espaços. Para muitos teóricos, isso é tudo o que “globalização” significa. Ao refletirem sobre neoliberalismo, escritores do Norte quase nunca citam pensadores do Sul que pudessem corrigir seus pressupostos (Connell, 2007).

A sombra do metrocentrismo no Norte é o metrocentrismo no Sul. Escritores de partes muito distintas da periferia global identificaram o mesmo problema em línguas diferentes. Um crítico literário australiano escreveu sobre o “servilismo cultural”⁵ que infestou a vida cultural de seu país (Phillips, 1950). Um novelista do sudeste asiático que também foi crítico social inventou um termo

em Farsi, *Gharbzadegi – grosso modo, “Westoxication”* ou “ser golpeado pelo Ocidente” – para nomear a condição neocolonial do Irã (Al-e Ahmad, 1982 [1962]). Um sociólogo do sudeste asiático fala sobre a “dependência acadêmica” na periferia, um aspecto da divisão global do trabalho nas ciências sociais (Alatas, 2003). Um filósofo da África ocidental nomeia a “extroversão”⁶ dos intelectuais no mundo colonizado, isto é, a condição de ser orientado para fontes de autoridade externas à sua própria sociedade (Hountondji, 1997).

As formas materiais dessa dependência são familiares. Intelectuais da periferia viajam para a metrópole para obter treinamento avançado. Nós buscamos publicar nos jornais da metrópole, juntar-nos aos “*invisible colleges*”⁷ de lá, e, se tivermos sorte, obter empregos nas suas instituições. Essas práticas agora são poderosamente reforçadas pela governança neoliberal das universidades, preocupada com a posição competitiva nos *rankings* internacionais que são – surpresa! – centrados no Norte global e utilizam o critério de excelência lá desenvolvido.

As consequências intelectuais são menos discutidas, mas são profundas. Para publicar em periódicos da Metrópole, deve-se escrever seguindo os gêneros da Metrópole, citar a literatura da Metrópole e tornar-se parte do discurso lá produzido. Para um cientista social, isso significa tanto descrever sua própria sociedade *como se fosse a metrópole*, suprimindo sua especificidade histórica; ou descrevê-la em termos comparativos, situando sua especificidade nos parâmetros da metrópole. Neste último caso, o cientista social torna-se o informante nativo para o mundo intelectual da metrópole.

É claro que essas pressões são discutidas, e podem ser resistidas. De fato, existem numerosas formas identificáveis de resistência, a maioria delas envolvendo uma busca por especificidade local.

Nas ciências sociais, a estratégia mais familiar de resistência à hegemonia da metrópole é enfatizar as distintas tradições nacionais ou estilos de trabalho intelectual. Este projeto tem sido proeminente recentemente na Associação Internacional de Sociologia, agregando as histórias de muitas sociologias nacionais (Burawoy, Chang e Hsieh, 2010; Patel, 2010). Um exemplo notável com grande grau

de detalhamento é o recente livro *Doing sociology in India* (Patel, 2011).

Outra estratégia é a busca por sistemas indígenas de conhecimento,⁸ entendidos como contextos para produção de um conhecimento que esteve originalmente fora do sistema euro-centrado e que talvez ainda possa estabelecer uma base para autonomia. Essa busca tem sido particularmente vigorosa na África (Odora Hoppers, 2002). Como a abordagem baseada nas tradições nacionais, ela implica o “pluralismo epistemológico” debatido numa publicação recente da CLACSO (Olivé *et al.*, 2009).

Uma terceira estratégia é a crítica pós-colonial do pensamento europeu, comum no trabalho de Edward Said. A tentativa de “provincializar a Europa” e os projetos “de-coloniais”⁹ que discutem (e questionam) a América Latina (Chakrabarty, 2000; Mignolo, 2005) são os últimos desenvolvimentos dessa estratégia. Um livro recente, *Decolonizing European sociology* (Gutiérrez Rodríguez, Boatcā e Costa, 2010), aplica essa crítica diretamente para as ciências sociais.

Uma quarta estratégia é a tentativa de encontrar, fora das tradições europeia e norte-americana, bases para um universalismo alternativo. Interlocutores respeitáveis nessa seara são a ciência islâmica, incluindo-se aí as tradições islâmicas nas ciências sociais, e a filosofia inspirada em Ghandi (Alatas, 2006; Lal, 2002). Tais projetos não demandam pluralismo epistemológico, mas, na verdade, uma racionalidade que está fundada em um lugar que não aquele ocupado pelas tradições metrocentradas.

O encontro colonial como o ponto crucial para a teoria social

Presente em todos esses projetos, mas não na teoria eurocêntrica, está o próprio encontro colonial. Este “encontro” não é apenas o momento de conquista colonial ou de controle indireto, não importa quanto importante seja. Implica também a constituição da sociedade colonial, a transformação de relações sociais sob o poder colonial, as lutas pela descolonização, a instalação de novas relações de dependência, e as lutas para aprofundar ou desafiar essa dependência.

O pensamento social que emerge dessa experiência histórica é o que chamei de “*Southern theory*” (Connell, 2007). Seja como for chamada e analisada, essa experiência histórica – que, vale lembrar, envolve a maioria das pessoas no mundo – é crucial para a teoria social. Qualquer forma de teoria social que não discute o encontro colonial define-se automaticamente como um assunto de menor importância. Isso inclui a maior parte do que é atualmente conhecido como “teoria” na sociologia.

Entender e teorizar a partir do encontro colonial é uma tarefa desafiadora, além de ser trabalho para muitas mãos. Sem a pretensão de tomar a frente desse trabalho, talvez seja útil indicar alguns de seus componentes, que implicam uma tarefa distinta das realizadas pelos já conhecidos projetos de teoria do Norte.

Primeiro, a escala, a extensão e o impacto social da violência mundo afora. A supressão violenta da resistência durou por quatrocentos e cinquenta anos, dos espanhóis atracando no Caribe com espadas e armas de fogo até os ingleses e franceses bombardeando aldeias do alto de jatos (se contarmos as recentes guerras estadunidenses em apoio aos seus próprios regimes prepostos, a contagem está em quinhentos anos).

As duas “guerras mundiais” na Europa e no Pacífico Norte empalidecem em comparação; esta foi a verdadeira Guerra Mundial. Ela não apenas substituiu regimes políticos, mas destroçou mundos sociais, exterminou algumas populações, e deixou um rastro poderoso de corpos e deficiências físicas e mentais ao redor do planeta (Meekosha, 2011). Para tomar um padrão social como exemplo, a violência colonial foi extremamente marcante na formação das masculinidades nas sociedades coloniais da periferia (Nandy, 1983; Morrell, 2001).

Segundo, a reelaboração dos enquadramentos de causalidade social e temporalidade. A teoria social europeia pressupôs uma sucessão inteligível de formas sociais, isto é, assumiu uma ideia de tempo contínuo. A colonização criou o tempo descontínuo, uma sucessão que não é inteligível a partir das dinâmicas sociais da sociedade pré-colonial. Essa disjunção é levada à frente nas culturas colonial e pós-colonial. Ela foi mesmo incorporada pela so-

cologia do século XIX por meio do contraste entre “primitivo” e “moderno”.

A teoria do Norte geralmente pressupõe uma epistemologia consolidada, dentro da qual formas sociais coerentes podem ser traçadas – uma ordem de gênero, uma estrutura de classe etc. Como Nina Laurie (2005) observou de forma aguda ao discutir formas de gênero que emergiam nas “guerras da água” em Cochabamba, na periferia tal epistemologia não pode ser pressuposta. A colonialidade do poder, para usar a expressão de Aníbal Quijano (2000), cria diferentes condições para o entendimento do social.

Terceiro, o fato de que o encontro colonial foi ontoformativo;¹⁰ em grande escala, ele criou realidades sociais que não existiam anteriormente. Isto foi afirmado com clareza particular por Valentine Mudimbe no seu *A invenção da África* (1988). Essa “invenção” é não apenas uma imagem cultural, tal como mapeada por Said e Mignolo em outros contextos. É também a criação de uma nova ordem social. A conquista instala uma “estrutura colonizadora” cujas tarefas, tal como Mudimbe as vê, são dominar o espaço, reformar as mentes dos nativos, e integrar as economias locais ao capitalismo global. Essa história inclui a criação do Estado colonial, a atividade dos missionários, a criação de economias de *plantation* e da criação pastoril, e a história completa do desenvolvimento, das minas assassinas de Potosí aos buquês feitos de flores que são agora transportadas de forma chocante de avião da África Central para a Europa Ocidental.

Estruturas de gênero e de classe são criadas sob condições únicas no mundo colonial, e não simplesmente importadas ou modificadas. Sempre que mencionamos o outro componente das análises “interseccionais” atuais – raça –, estamos diante de uma das mais fundamentais criações do colonialismo, pois conceitos modernos de raça são precisamente um produto tardio do Império.

A teoria do Sul também pode ser expressa em outros gêneros. O livro *Gharbzadegi*, de Al-e Ahmad's, tem uma forma literária bem diferente de, digamos, *Bowling alone* (Putnam, 2000), embora ambos tratem da alienação e contenham análise social combinada à crítica cultural. Diferenças ainda mais radicais podem ser encontradas. Alguns

elementos importantes do pensamento social de Ali Shariati (1986) são expressos na forma de sermões, e não se encontra tal formato tão facilmente na sociologia feita no Norte!

Como as condições do trabalho intelectual e a história social das *intelligentsias* são diferentes no mundo colonizado daquelas existentes na metrópole, o caráter da teorização provavelmente também será distinto. Instituições acadêmicas são menos poderosas e movimentos sociais importam mais. É claro que se podem encontrar importantes pensadores no Norte que escreveram no contexto desses movimentos – Antônio Gramsci logo vem à mente. Mas não são muitos, comparados com os acadêmicos. Na lista de chamada dos teóricos do Sul, encontram-se frequentemente pessoas como Plaatje, Sun, Kenyata, Fanon, Prebisch, cujos trabalhos foram produzidos em um contexto de luta política, ou Shariati, Amin, Hau’ofa e outros que trabalham na fronteira entre academia e ativismo.

A estruturação colonial da realidade social não termina com a descolonização formal, como Quijano, entre outros, enfatizou. Uma ciência social adequada globalmente deve se preocupar com as formas tomadas pelo encontro colonial após a independência política.

A brilhante e triste análise do desastre de Bhopal¹¹ por Veena Das, em seu *Critical events* (1995), é exemplar, relacionando corporações transnacionais, o estado desenvolvimentista pós-colonial, a ideologia legalista e o silenciamento da voz popular. *We are the ocean* (2008), de Epeli Hau’ofa, uma rara contribuição para o pensamento social oriunda de pequenos estados insulares, oferece uma análise afiada do contínuo desordenamento de sociedades insulares do Pacífico desde suas independências formais: a criação de uma classe dominante dependente em torno da ajuda internacional e dos negócios e a relegação da língua e culturas locais para áreas habitadas pelos pobres e sem escolaridade. Como Wiebke Keim (2008) observa, o *apartheid* sul-africano propiciou a emergência de uma escola específica de ciências sociais na forma de uma sociologia industrial crítica. Após o fim do *apartheid*, trabalhos notáveis foram feitos sobre relações de gênero e sexualidade no contexto da grande crise de HIV na África do

Sul e da conversão neoliberal da ANC (Congresso Nacional Africano).

Eu não quero sugerir que a teoria do Sul é profundamente distinta da teoria do Norte, e que habita um mundo diferente. Isso remete à crítica que Domingues (2009) corretamente fez à versão de Mignolo do projeto “de-colonial”, o de que este inverte a dicotomia modernidade-tradição da teoria do desenvolvimento. Intelectuais na periferia estão constantemente utilizando elementos do pensamento produzido na metrópole, e as preocupações de pesquisadores do Sul obviamente se encontram com aquelas das disciplinas do Norte. Mas o pensamento social na periferia global ocorre sob condições diferentes, tem pressupostos e possibilidades distintas, e suas consequências têm, para utilizar uma metáfora, um centro diferente de gravidade.

Mudando o conteúdo da teoria

Uma teoria social focada no Sul global tem uma conexão com o projeto do conhecimento indígena conforme sugerido acima, mas é fundamentalmente preocupada com as transformações da sociedade e do conhecimento no mundo colonizado. Considere-se, por exemplo, a discussão sobre gênero e terra feita por Marcia Langton, uma intelectual aborígene¹² de destaque na Austrália, em seu *paper* sobre a “*Grandmother’s Law*” (1997).

Na antropologia dominante no mundo anglo-saxão, a cultura aborígene australiana tem sido retratada como patrilinear e patriarcal. Mas essa representação veio predominantemente de antropólogos homens convencidos da inferioridade das mulheres. As mulheres, por sua vez, têm demonstrado que os direitos femininos estavam inscritos em sistemas pré-coloniais de posse da terra, embora estes operassem de forma distinta, ou abarcassem lugares diferentes, do que os direitos masculinos sobre a terra.

Nas condições da conquista colonial violenta e da pressão radical sobre culturas aborígenes no mundo pós-colonial, essa ordem terra-gênero foi brutalmente interrompida, conforme demonstrado seja pela memória social, seja pela documentação histórica (Somerville e Perkins, 2010). Mas o povo

aborígene lutou tenazmente por sua vida. Langton argumenta que as tradições femininas, suas regras, seus enraizamentos nos lugares e o conhecimento para seguir em frente (“*Grandmother’s Law*”¹³), provaram-se extraordinariamente persistentes e mostraram-se fundamentais para a manutenção da sociedade aborígene. Mulheres mais velhas, portanto, tornaram-se a chave para a sobrevivência social sob o impacto severo do colonialismo. Na vida aborígene contemporânea, “*aunty*”¹⁴ é um termo de grande respeito.

A ênfase de Langton nos direitos sobre a terra, a preocupação mais importante da política aborígene australiana na última geração, é notável. A terra é um assunto quase ausente da teoria de gênero no Norte (com exceção do ecofeminismo), e praticamente ausente também da teoria social do Norte em geral. Entretanto, é um assunto fundamental para o entendimento do poder colonial e pós-colonial.

Isso não é novidade no Brasil, dada a presença do Movimento dos Sem Terra (MST) na política contemporânea e os insolúveis conflitos sobre o uso da terra na região amazônica. Nesse ponto de vista, o trabalho de João Maia (2008) sobre Euclides da Cunha e o espaço no pensamento social brasileiro abre excitantes perspectivas para a história da teoria. A celebração e a estereotipação dos *sertanejos* na criação da identidade nacional têm importantes ressonâncias no culto ao *outback*¹⁵ por parte dos colonos australianos na mesma época. Trazendo a discussão para o presente, a terra e o seu lugar no processo social serão um assunto de suma importância no desenvolvimento de uma sociologia do meio ambiente, como, por exemplo, na investigação sobre a criação de mercados globais de carbono (Benton-Connell, 2011). Há novos trabalhos surgindo que desenvolvem perspectivas do Sul na teoria sobre o urbano (Edensor e Jayne, 2011).

A mudança que ocorrerá na teoria social pelo crescimento de perspectivas do Sul é, em parte, por conta do advento de novos assuntos, tais como a violência ontoformativa e a importância social da terra, mas também em parte envolve perspectivas alternativas sobre temas já existentes. Os mercados globais de carbono já mencionados são um projeto

do neoliberalismo, e a agenda do neoliberalismo é um caso em questão.

Até agora, embora amplamente criticado no Sul global, o neoliberalismo tem sido *teorizado* a partir do Norte global. Suas raízes históricas estão supostamente fincadas nas ideologias dominantes da metrópole; seu núcleo político seria composto de desregulamentação, privatização e o recuo do Estado de bem-estar social; e acredita-se que ele tenha sido exportado para o resto do mundo por conta do triunfo da nova direita liderada por Reagan e Thatcher.¹⁶

De uma perspectiva do Sul, contudo, deve-se começar com o fato de que o primeiro regime neoliberal não emergiu nem nos Estados Unidos, nem no Reino Unido, mas no Chile (Silva, 1996). Boa parte da periferia global não tinha um Estado de bem-estar social para ser revertido. Na Austrália e na Nova Zelândia, foram os governos trabalhistas de centro-esquerda, não os da nova direita, os quais trouxeram o neoliberalismo, em meio ao pânico diante da posição competitiva declinante na economia global. A coerção também esteve relacionada à história latino-americana do neoliberalismo, tanto quanto o pânico social (Gómez, 2004). Em boa parte do mundo, a mudança chave trazida pelo neoliberalismo foi uma alteração na estratégia desenvolvimentista, de uma industrialização substitutiva da importação para um crescimento liderado por exportações e baseado em vantagens competitivas. A estatística chave para o neoliberalismo não é o tamanho do setor público em relação ao setor privado na economia nacional, mas o crescimento agregado do comércio mundial. O neoliberalismo não pode ser entendido apenas como economia política, pois envolve fundamentalmente mudanças nas relações sociais e na vida organizacional (Connell, 2010).

Assim, Moeletsi Mbeki (2009) vê a era dos programas de ajuste estrutural na África como nada menos do que um novo mercantilismo, baseado num pacto faustiano entre elites políticas africanas e corporações multinacionais que querem acesso aos recursos do continente – petróleo, minerais etc. São as desigualdades do poder global que estão no coração do problema, que espremem a produção local feita fora do setor agrícola, e produzem uma situação na qual largas somas de aju-

da externa produzem nada a não ser estagnação econômica. Eu não concordo totalmente com o argumento de Mbeki – ele vê outro tema neoliberal como solução: uma transição para a cultura empreendedora. Mas eu acho que o seu argumento oferece uma visão significativamente diferente daquelas encontradas nas análises do Norte sobre o neoliberalismo.

Refazendo o processo

Eu defini teoria como uma forma de trabalho intelectual, em especial a parte diretiva do processo de produção na formação de conhecimento. Isso liga a compreensão da teoria ao ser social dos trabalhadores intelectuais que executam esse trabalho, às suas condições industriais e às práticas nos locais de trabalho. A orientação dos intelectuais na periferia para a metrópole global, intitulada “extroversão” ou “dependência acadêmica” na literatura acima mencionada, é um fato empírico, e pode ser traçada por intermédio de *surveys* com a força de trabalho intelectual, como fizemos para o caso australiano (Connell, Wood e Crawford, 2005)

As condições de trabalho afetam a produção intelectual de outras maneiras ainda. Thandika Mkandawire (2005) chamou a atenção para as tendências de financiamento de ciências sociais na África, que deixaram a maior parte do financiamento de pesquisa nas mãos de ONGs de desenvolvimento que administraram ajuda externa. Tais ONGs irão provavelmente preferir pesquisas aplicadas com resultados práticos à pesquisa fundamental, além de terem horizontes curtos e, portanto, provavelmente não financiarem programas contínuos de pesquisa. Além disso, têm agendas que mudam rapidamente, o que torna difícil a formação de perspectivas de longo prazo. (Isso é, em geral, verdadeiro para as partes mais pobres da periferia, embora não se aplique tão rigorosamente para países ricos na periferia, tais como a Austrália, nem para instituições de elite no Brasil e na África de Sul). As circunstâncias materiais de pesquisa podem, portanto, criar uma dependência de pacotes teóricos e metodológicos já prontos oriundos da metrópole.

Quais recursos poderiam ajudar a mudar essa situação? O mais óbvio é o próprio recurso representado por outras partes da periferia. Conexões Sul-Sul são comuns nas discussões econômicas e políticas, e estão entrando na agenda intelectual. O recente encontro na Malásia de organizações de ciências sociais da América Latina, África e Ásia é um exemplo promissor. Eu estou feliz de ver que as associações nacionais de ciências sociais da Austrália, que historicamente selecionaram seus conferencistas apenas nos Estados Unidos e no Reino Unido, estão começando a convidar palestrantes de outras partes da periferia. Como uma socióloga australiana que sou, estou feliz de ter sido convidada este ano para palestras em conferências na Costa Rica, na África do Sul e no Brasil. Na Austrália, nós temos um *site* (<www.southernperspectives.net>), dedicado às ligações Sul-Sul ao redor de um amplo arco de disciplinas.

Essas ainda são pequenas iniciativas; elas são promissoras, mas ainda não têm escala para produzir impacto nas práticas estabelecidas de dependência. O impacto dos movimentos sociais, ao menos em termos potenciais, tem escala maior. Os movimentos de povos indígenas têm certamente produzido a base para projetos de conhecimentos indígenas na Nova Zelândia, no Canadá e na África. Movimentos de mulheres ao redor do Sul global forneceram as bases para múltiplos feminismos (Bulbeck, 1998). O Fórum Social Mundial, que liga movimentos sociais ao longo do Sul, tentou agir como um intelectual coletivo, mas não sei como avaliar o resultado final.

Nós ainda estamos diante do fato de que a maior parte dos recursos mundiais para o trabalho intelectual localiza-se no Norte global. Abdel-Malek (1971) notou isso quarenta anos atrás:

Há dois grandes obstáculos: por um lado, a concentração no Ocidente dos principais instrumentos culturais e científicos, os frutos do Império e a revolução científica e tecnológica que enfatizou significativamente os efeitos desta concentração; e, por outro lado, a relativa fraqueza daqueles instrumentos nos países da esfera Tricontinental (ou seja, o Sul), o que acelera a fuga de cérebros” (Abdel-Malek, 1971, p. 25).

Será que a enorme concentração de recursos no sistema universitário do Norte e suas instituições de pesquisa pode ser um ativo para o projeto do Sul? Gayatri Spivak lançou a famosa pergunta: “Pode o subalterno falar?”. A questão agora é: Pode a metrópole escutar? E, caso escute, que mudanças práticas poderiam resultar disso?

Eu não subestimo a dificuldade de mudança nas instituições do Norte. Eu ensinei por cinco anos em universidades norte-americanas, e estou ciente da dimensão fortemente institucionalizada do currículo e da pedagogia de pesquisa lá. Mais uma vez, a ascensão da governança neoliberal com seu sistema de competição e ranqueamento provavelmente vai reforçar a homogeneidade dos programas universitários – gerentes acadêmicos não podem se dar ao luxo de se desviarem muito daquilo que é feito pelos líderes do mercado.

Ao mesmo tempo, estou ciente da diversidade cultural e intelectual nesse mesmo sistema universitário e da existência de grupos relevantes de trabalhadores intelectuais que têm compromisso com o internacionalismo e com a justiça social (daí a existência de revistas como a *Third World Quarterly*). O outro lado da “fuga de cérebros” mencionada por Abdel-Malek é a presença na metrópole de intelectuais expatriados do Sul, sendo que alguns deles têm feito contribuições formidáveis ao irem além do conhecimento eurocêntrico. Não se pode deixar de mencionar Edward Said, Chandra Talpade Mohanty, Amartya Sen e Walter Mignolo.

Possibilidades, portanto, existem. As tarefas envolvem refazer o currículo nas universidades do Norte, desenvolver novas formas de conexões práticas entre trabalhadores intelectuais e encontrar formas de financiar trabalho intelectual transnacional que não impliquem a replicação da agenda formulada no Norte.

A necessidade de ciências sociais e a urgência da teoria

A consolidação do neoliberalismo como o enquadramento dominante da vida política, econômica e organizacional, numa escala global, tem consequências de longo prazo importantes para

as ciências sociais. Na imaginação neoliberal, há apenas uma ciência social, a economia neoclássica. Cada problema, ou quase cada problema, tem uma “solução de mercado”; e se os mercados para uma dada área da vida social não existem ainda, os neoliberais são assombrosamente bons em criá-los – mercados para educação, para água, para créditos de carbono, para tecidos humanos, e muito mais.

Em tal contexto, as outras ciências sociais tornam-se residuais ou cosméticas, e têm pouca presença nas principais políticas públicas. A sociologia tem um lugar no mundo neoliberal: por um lado, como pesquisa de mercado, e por outro, como a ciência responsável por descobrir como gerenciar e controlar grupos que são falhas do mercado – os pobres, os desprezados, os incompetentes, os criminosos, os não empreendedores.

Mas há outras possibilidades para as ciências sociais. A ciência social pode dar voz aos marginalizados, pode fazer críticas das estruturas de poder, e pode circular ideias sobre novas possibilidades sociais. Isso pode acontecer, por exemplo, na sociologia da educação, como evidenciado na “pesquisa socialmente engajada” sobre escolas na África do Sul (Vally *et al.*, 2008). Se uma democracia ativa e participativa deve ser desenvolvida, o conhecimento científico-social é necessário, e é mesmo um componente chave para o autoconhecimento da sociedade.

Atualmente, o conhecimento produzido por grande parte das pesquisas de mercado – o maior volume de pesquisa social, vale lembrar – é apropriado pelos ricos e poderosos. É utilizado taticamente pelos seus representantes na gerência corporativa, ao mesmo tempo que é preservado dos olhos do público e dos competidores, na forma de “informação confidencial”. Mas, a princípio, a produção de conhecimento social pode ser alargada na forma de um empreendimento transparente e cooperativo. Ela pode ser usada para guiar um processo de decisão coletivo que, entre outras coisas, pode ser direcionado para resistir às manipulações de mercado. Para que a democracia participativa floresça em uma escala mundial, um dos requisitos é a produção de conhecimento social acessível na mais ampla escala possível e que seja gerado a partir das preocupações da maioria das pessoas. Uma ciência centrada no Sul, de fato.

Em tal projeto, a teoria é central – entendida como trabalho diretivo no processo de produção da formação de conhecimento. Mas esse próprio trabalho deve ser descentralizado e democratizado, caso não se deseje que esse processo caia em armadilhas vanguardistas ou tecnocráticas. Minha definição da teoria na abertura deste artigo é historicamente específica, e pode ser ultrapassada, caso o trabalho diretivo na formação de conhecimento seja feito de baixo para cima, em processos participativos de definição da agenda. Isso, eu sugiro, é a essência da revolução iminente na teoria social. Não se trata apenas de relocalizar esse trabalho no Sul global, que, de qualquer modo, não é um “centro”. Trata-se de democratizar todo o processo dirigido pela teoria, isto é, a produção e circulação de conhecimento social.

Notas

- 1 N.T.: Raewyn utiliza constantemente o par “centro-periferia” para descrever a assimetria na geopolítica do conhecimento global. Mantivemos a expressão, pois ela é utilizada em língua portuguesa, mas ressaltamos que Raewyn está se referindo uma relação específica e histórica entre centro e periferia, marcada pela expansão do colonialismo europeu sobre o mundo a partir do século XV.
- 2 N.T.: Raewyn utiliza o termo “metrópole” como sinônimo de “imperial center”, isto é, o mundo europeu e anglo-americano, no qual se concentram os recursos materiais, intelectuais e científicos que reproduzem as assimetrias entre Norte e Sul. Preferimos traduzir o termo como metrópole por entendermos que há precedente na vida intelectual brasileira para esse uso, em especial no caso da historiografia marxista inspirada em Caio Prado Júnior. Afinal, toda a discussão sobre o “sentido da colonização”, familiar a quase todos os cientistas sociais leitores da RBCS, repousa sobre uma descrição das relações entre colônia e metrópole. Embora esse sentido “nativo” remeta principalmente à dinâmica Brasil-Portugal, não nos parece despropositado reter o conceito para ilustrar uma assimetria mais ampla e, em última instância, “colonial” em sua natureza. Entretanto, evitamos traduzir “metropolitan” por “metropolitano”, por entendermos que esse adjetivo seria imediatamente associado pelo leitor ao mundo urbano e suas características. Nesse caso, optamos por “da metrópole” e similares.
- 3 N.T.: Raewyn utiliza frequentemente o par Norte-Sul para designar as regiões ricas do Atlântico Norte (Estados Unidos, Canadá e Europa) e os países tidos como periféricos na geopolítica global, respectivamente. Mantivemos a tradução literal, por entendermos que o conceito de “Sul global” já tem boa circulação nas ciências sociais nacionais, por mais que restem dúvidas sobre sua precisão.
- 4 N.T.: A partir deste momento, Raewyn irá utilizar frequentemente o neologismo “*metro-centrism*” para designar o viés adotado pela teoria social. Optamos por um neologismo em português, “metrocentrismo”.
- 5 N.T.: O conceito original em inglês é “*cultural cringe*”, que guarda uma poderosa aliteração que se perde na tradução. Com a anuência da autora, optamos pela tradução para o português.
- 6 N.T.: O conceito utilizado por Raewyn no original em inglês é “*extraversion*”, termo consagrado na psicologia de Carl Jung para designar uma atitude de obter satisfação em objetos do mundo exterior ao sujeito. Mantivemos a tradução para “extroversão” por conta da palavra ser assim traduzida por dicionários jungianos no Brasil. Note-se que o uso sociológico do conceito implica certo deslizamento semântico, já que o citado Hountondji está falando de propriedades de uma coletividade histórica, e não do sujeito da teoria psicanalítica.
- 7 N.T.: O conceito de “*invisible colleges*” tem largo trânsito na sociologia da ciência e é utilizado para designar a formação de redes não explícitas ou oficiais que exercem efeito sobre a produção de ideias e o reconhecimento e prestígio das mesmas. Preferimos manter o conceito em inglês e situar o leitor nesta nota. Para maiores informações, cf. Crane (1965).
- 8 N.T.: Aqui Raewyn refere-se ao clássico debate sobre “*indigenous knowledge*”, que ocupou muitos dos melhores sociólogos africanos ao longo da década de 1980 e 1990, entre eles o nigeriano Akinsola Akiwowo. Esse debate buscava na cultura nativa das sociedades africanas conceitos e epistemologias que pudesse servir de alternativa ao repertório teórico europeu. No caso da língua portuguesa, encontramos as seguintes traduções: conhecimento indígena, conhecimento local e conhecimento tradicional. Em acordo com a autora, optamos por “conhecimento indígena”, a despeito do lugar semântico específico que o termo “indígena” tem no Brasil em relação ao caso africano. Ressaltamos que o debate original refere-se a formas de pensamento que não estariam contidas nas matrizes da racionalidade iluminista europeia.

- 9 O termo “de-colonial” tem origem no grupo de estudiosos latino-americanos que se apropriaram criticamente da discussão lançada pelos estudos subalternos indianos. *Grosso modo*, esses estudiosos afirmaram que a relação entre modernidade e colonialismo não data do século XVIII, mas sim do início da expansão europeia sobre o mundo, ainda nos estertores do século XV. Nesse sentido, a Renascença e a formação do pensamento moderno europeu devem ser encarados como o “outro lado” do colonialismo, o que exigiria, portanto, um trabalho crítico de “de-colonização”. Os pensadores identificados com esse grupo são Fernando Coronil, Walter Mignolo e Ramón Grosfoguel, entre outros.
- 10 N.T.: Raewyn aqui utiliza o conceito de “*ontoformative*” elaborado por ela para analisar como processos de construção de gênero implicam modelagens e rupturas sociais e culturais violentas, que são inscritas no próprio corpo.
- 11 N.T.: O assim chamado “*Bophal disaster*” foi um vazamento industrial de gás ocorrido na Índia em 1984, e até hoje considerado um dos piores desastres industriais da história mundial, causando milhares de ferimentos e outros efeitos no longo prazo.
- 12 N.T.: Aqui Raewyn refere-se ao povo aborígene, nativo da Austrália. O termo não está sendo usado de forma genérica e pejorativa (como às vezes ocorre na língua portuguesa), mas historicamente precisa.
- 13 N.T.: Uma tradução aproximada para esse termo poderia ser “Lei da vovó”.
- 14 N.T.: “tiazinha”.
- 15 *Outback* refere-se às vastas e áridas terras no interior do continente australiano, guardando, portanto, alguma semelhança com a categoria “sertão”, utilizada também de forma muito livre pelos brasileiros.
- 16 Para exemplo amplamente citado dessa abordagem, ver Harvey (2005), o qual teoriza o neoliberalismo como uma expressão do capitalismo avançado na metrópole.

BIBLIOGRAFIA

ABDEL-MALEK, Anouar. (1971), “L’avenir de la théorie sociale”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 50: 23-40 [republicado em inglês: ABDEL-MALEK, Anouar, *Civilizations and social theory*, London, Macmillan, 1981].

- ALATAS, Syed Farid. (2003), “Academic dependency and the global division of labour in the social sciences”. *Current Sociology*, 51 (6): 599-613.
- _____. (2006), *Alternative discourses in Asian social science: responses to eurocentrism*. New Delhi, Sage.
- AL-E AHMAD, Jalal. (1982 [1962]), *Gharbzadegi (Weststruckness)*. Translated by John Green and Ahmad Alizadeh. Lexington KY, Mazda Publishers.
- BENTON-CONNELL, Kylie. (2011), *Off the market: Bolivian forests and struggles over climate change*. Cochabamba, Democracy Center.
- BULBECK, Chilla. (1998), *Re-orienting Western feminisms: women’s diversity in a postcolonial world*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BURAWOY, Michael; CHANG, Mau-kuei & HSIEH, Michelle Fei-yu (eds.). (2010), *Facing an unequal world: challenges for a global sociology*. 3 vols. Taipei, Academia Sinica.
- CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, Princeton University Press.
- CONNELL, Raewyn. (2006), “Northern theory: the political geography of general social theory”. *Theory and Society*, 35: 237-264.
- _____. (2007), *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge, Polity Press.
- _____. (2010), “Understanding neoliberalism”, in Susan Braedley e Meg Luxton (eds.), *Neoliberalism and everyday life*, Montreal/Kingston, McGill-Queen’s University Press. pp. 22-36.
- CONNELL, R. W.; WOOD, Julian & CRAWFORD, June. (2005), “The global connections of intellectual workers: an Australian study”. *International Sociology*, 20 (1): 5-26.
- CRANE, Diana. (1965), “Scientists at major and minor universities: a study of productivity and recognition”. *American Sociological Review*, 30 (5): 699-714.
- DAS, Veena. (1995), *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi, Oxford University Press.

- DOMINGUES, José Maurício. (2008), *Latin America and contemporary modernity: a socio-logical interpretation*. New York, Routledge.
- _____. (2009), “Global modernization, ‘coloniality’ and a critical sociology for contemporary Latin America”. *Theory, Culture & Society*, 26 (1): 112-133.
- EDENSOR, Tim & JAYNE, Mark. (eds.) (2011), *Urban theory beyond the West: a world of cities*. Abingdon, Routledge.
- GÓMEZ, José María (ed.). (2004), *América Latina y el (des)orden global neoliberal: hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires, CLACSO.
- GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, Encarnación; BOATC, Manuela & COSTA, Sérgio (eds.). (2010), *Decolonizing European sociology: transdisciplinary approaches*. Farnham, Surrey and Burlington, VT, Ashgate.
- HARVEY, David. (2005), *A brief history of neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press.
- HAU'OFÀ, Epeli. (2008), *We are the ocean*. Honolulu, University of Hawai'i Press.
- HOUNTONDJI, Paulin J. (ed.) (1997), *Endogenous knowledge: research trails*. Dakar, CODESRIA.
- KEIM, Wiebke. (2008), *Vermessene Disziplin: zum konterhegemonialen Potential afrikanischer und lateinamerikanischer Soziologien*. Bielefeld, Transcript Verlag.
- LAL, Vinay. (2002), *Empire of knowledge: culture and plurality in the global economy*. London, Pluto.
- LANGTON, Marcia. (1997), “Grandmothers’ law, company business and succession in changing Aboriginal land tenure systems”, in Galarrwuy Yunupingu (ed.), *Our land is our life*, Brisbane, University of Queensland Press, pp. 84-116.
- LAURIE, Nina. (2005), “Establishing development orthodoxy: negotiating masculinities in the water sector”. *Development and Change*, 36: 527-549.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. (2008), *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MBEKI, Moeletsi. (2009), *Architects of poverty: why African Capitalism needs changing*. Johannesburg, Picador Africa.
- MEEKOSHA, Helen. (2011), “Decolonising disability: thinking and acting globally”. *Disability & Society*, 26 (6): 667-682.
- MIGNOLO, Walter D. (2005), *The idea of Latin America*. Oxford, Blackwell.
- MKANDAWIRE, Thandika (ed.). (2005), *African intellectuals: rethinking politics, language, gender and development*. Dakar/London, Codesria/Zed Books.
- MORRELL, Robert. (2001), *From boys to gentlemen: settler masculinity in colonial natal 1880-1920*. Pretoria, University of South Africa.
- MUDIMBE, V. Y. (1988), *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington, Indiana University Press.
- NANDY, Ashis. (1983), *The intimate enemy: loss and recovery of self under colonialism*. New Delhi, Oxford University Press.
- ODORA HOPPERS, Catherine A. (ed.). (2002), *Indigenous knowledge and the integration of knowledge systems*. Claremont, New Africa Books.
- OLIVÉ, León et al. (2009), *Pluralismo epistemológico*. La Paz, Muela del Diablo/Comuna/CLACSO/CIDES-UMSA.
- PATEL, Sujata (ed.). (2010), *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. Los Angeles, Sage.
- _____. (ed.). (2011), *Doing sociology in India: genealogies, locations, and practices*. New Delhi, Oxford University Press.
- PHILLIPS, Arthur. (1950), “The cultural cringe”. *Meanjin: A Literary Magazine*, 9 (4): 299-302.
- PUTNAM, Robert D. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster.
- QUIJANO, Aníbal. (2000), “Coloniality of power and eurocentrism in Latin America”. *International Sociology*, 15 (2): 215-232.
- SHARIATI, Ali. (1986), “Shahadat”, in Mahmud Taliqani, Murtada Mutahhari e Ali Shariati, *Jihad and Shahadat: struggle and martyrdom in Islam*, Houston, Institute for Research and Islamic Studies, pp. 153-229.

- SILVA, Eduardo. (1996), *The State and capital in Chile: business elites, technocrats, and market economics*. Boulder, Westview Press.
- SOMERVILLE, Margaret & PERKINS, Tony. (2010), *Singing the coast*. Canberra, Aboriginal Studies Press.
- TANCRED-SHERIFF, Peta. (1985), "Craft, hierarchy and bureaucracy: modes of control of the academic labour process". *Canadian Journal of Sociology*, 10 (4): 369-390.
- VALLY, Salim *et al.* (2008), "Poverty, socially engaged research and resistance in South Africa's post-apartheid education". *Our Schools Ourselves*, 17 (3): 63-85.